



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

8º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

CABO FRIO

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

- 2023 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) No que tange ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) O controle jurisdicional de constitucionalidade preventivo, somente pode ocorrer por meio de mandado de segurança, a ser impetrado por parlamentar ou por terceiro interessado, quando o projeto de lei violar o devido processo legal.
- b) Quando o Chefe do Poder Executivo considerar inconstitucional o projeto de lei poderá vetá-lo, exercendo, assim, o controle de constitucionalidade preventivo.
- c) A cláusula da reserva de plenário permite que, no âmbito do controle difuso de constitucionalidade, a questão constitucional seja decidida pelos órgãos fracionários dos Tribunais.
- d) A inconstitucionalidade material se verifica quando a lei ou ato normativo contém vício no seu processo de formação. Já a inconstitucionalidade formal afigura-se na incompatibilidade de conteúdo, substantiva, entre o ato normativo e a Constituição.
- e) A cláusula de reserva de plenário deve ser observada, inclusive, nas declarações de constitucionalidade do ato normativo.

2) Considerando as disposições legais e constitucionais relativas à ação direta de inconstitucionalidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Governador do Estado tem legitimidade para ingressar com ação direta de inconstitucionalidade, necessitando, contudo, demonstrar pertinência temática.
- b) Não se admite desistência da ação direta de inconstitucionalidade.
- c) Como regra, o efeito temporal da decisão final proferida no julgamento da ADI pelo STF é retroativo (*ex tunc*), de modo a desfazer todos os efeitos produzidos pela norma inválida.
- d) A Mesa de Assembleia Legislativa de Estado-membro não possui legitimidade para ajuizar ADI.
- e) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória.

3) Sobre a organização político-administrativa do Brasil, indique a alternativa correta:

- a) A federação brasileira abriga o direito de secessão dos Estados-membros. O exercício deste direito depende, tão somente, de previsão na respectiva Constituição Estadual.
- b) A formação histórica do federalismo brasileiro se revela no fenômeno da desagregação.
- c) Embora a Constituição Federal disponha que os Municípios se afiguram como integrantes da organização político-administrativa do Brasil, não possuem autonomia política.
- d) Pela sua capacidade de auto-organização, autogoverno, autoadministração e autolegislação, o Estado do Rio de Janeiro é soberano.
- e) No processo de criação dos Estados-membros previsto na CF/88 não se exige aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito.

4) Considerando o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito dos direitos fundamentais, assinale a alternativa incorreta:

- a) Conforme decidido pelo STF, prestigiam o princípio da igualdade, atos públicos que instituem sistema de reserva de vagas com base em critério étnico-racial no processo de seleção para ingresso em instituições públicas de ensino superior.
- b) Viola o princípio da igualdade, bem como, da liberdade de expressão, lei municipal que proíba a divulgação de material com informação de ideologia de gênero em escolas municipais.
- c) É livre a manifestação do pensamento, inclusive através de discurso anônimo. A Constituição Federal protege o anonimato através da liberdade de expressão, não estando o mesmo, portanto, vedado.
- d) A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.

e) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

5) Qual das alternativas abaixo apresenta a classificação correta da Constituição Federal de 1988?

- a) Outorgada, flexível, sintética e escrita.
- b) Promulgada, flexível, analítica e costumeira.
- c) Promulgada, rígida, sintética e costumeira.
- d) Outorgada, rígida, sintética e escrita.
- e) Promulgada, rígida, analítica e escrita.

6) No que concerne ao processo legislativo brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Constituição Federal prevê a iniciativa popular para deflagração do processo legislativo de emendas constitucionais.
- b) São cláusulas pétreas: a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.
- c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- d) A intervenção federal, o estado de sítio e o estado de defesa são limites circunstanciais à discussão e aprovação de emendas à Constituição Federal.
- e) A emenda constitucional é manifestação do Poder Constituinte Derivado ou Reformador.

7) Sobre o Poder Judiciário, indique a alternativa incorreta:

- a) A vitaliciedade é uma das garantias funcionais dos juizes, que em primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício no cargo.
- b) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal ao cometerem crime de responsabilidade são julgados pelo Senado Federal.
- c) O Conselho Nacional de Justiça exerce função jurisdicional.
- d) Aos juizes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
- e) O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.

8) Assinale a alternativa que preenche corretamente as assertivas abaixo:

Conceder-se-á _____ sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

Qualquer cidadão é parte legítima para propor _____ que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

- a) I - mandado de injunção e II - ação popular
- b) I - mandado de segurança e II - ação popular
- c) I - mandado de injunção e II - *habeas data*
- d) I - mandado de segurança e II - *habeas corpus*
- e) I - *habeas corpus* e II - ação popular

9) Sobre os sistemas de governo, é incorreto afirmar que:

- a) O sistema de governo adotado no Brasil é o presidencialista.
- b) No parlamentarismo observa-se, em geral, um Poder Executivo dual, cindido entre o Chefe de Estado e o Chefe de Governo.
- c) No presidencialismo, o Chefe do Poder Executivo é eleito pelo povo, direta ou indiretamente, para um mandato fixo, que não pode ser abreviado pela simples insatisfação política do Poder Legislativo.

d) Em todas as constituições, com exceção da atual, o sistema de governo adotado pelo Brasil foi o parlamentarista.

e) O presidencialismo se caracteriza em um Poder Executivo Uno, cujo Presidente é Chefe de Estado e Chefe de Governo.

10) Considerando as afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - A imunidade tributária veda que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituem impostos sobre patrimônio, renda e serviços uns dos outros.

II - São impostos de competência dos Estados: ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços e o IPVA – Imposto de Propriedade de Veículos Automotores

III - É vedado aos entes federados exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça.

IV – As taxas são tributos instituídos em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

- a) Todas as alternativas estão erradas
- b) Todas as alternativas estão corretas
- c) Apenas a alternativa II está errada
- d) Apenas a alternativa I está errada
- e) Apenas a alternativa III está correta.

DIREITO CIVIL

11) O Código Civil tratou de forma pioneira sobre os Direitos da Personalidade. Sobre tais direitos, assinale a alternativa correta:

- a) A tutela judicial dos direitos da personalidade serve apenas para fazer cessar a lesão ou ameaça de lesão, sem possibilidade de outras sanções.
- b) Sem o consentimento, é vedado o uso da imagem da pessoa em propaganda comercial; para o uso do nome, entretanto, é permitido o uso mesmo sem consentimento.
- c) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- d) Ante o princípio da imutabilidade do nome, o pseudônimo não goza de proteção legal.
- e) Tendo em vista que a personalidade cessa com a morte, a lei não estabelece qualquer meio de proteção em face de atos lesivos à imagem do morto.

12) Sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta:

- a) Começa a existência legal das pessoas jurídicas com a concordância, necessariamente de forma escrita, de seus sócios fundadores, sendo o seu registro necessário apenas para eficácia perante terceiros.
- b) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- c) Em razão da centralidade que a pessoa natural goza no sistema jurídico civil, não há previsão legal ou jurisprudencial que possibilite a proteção de direitos da personalidade das pessoas jurídicas.
- d) Constitui desvio de finalidade, possibilitando a desconsideração da personalidade jurídica, a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- e) O cancelamento da inscrição da pessoa jurídica se dá com sua dissolução ou cancelamento de sua autorização para funcionar, independentemente de eventual liquidação de seus bens.

13) Observe as assertivas a seguir a respeito dos bens públicos:

I – A classificação dos bens públicos os separa entre bens de uso comum, de uso especial e os dominicais.

II – Os bens públicos móveis que não estejam destinados a serviço da administração federal, estadual, territorial ou municipal podem estar sujeitos a usucapião.

III – É vedada a cobrança para o uso comum dos bens públicos.

IV – É vedada a alienação de bens públicos, sendo permitida apenas a sua locação ou concessão, observados os requisitos legais.

V – Os bens dominicais constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

É incorreto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, II, III, IV.
- c) I, III, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) II, IV e V.

14) Sobre os negócios jurídicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) A validade do negócio jurídico depende, dentre outros requisitos, de objeto lícito, possível, determinado ou ao menos determinável.
- b) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- c) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- d) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se de forma ampla.
- e) As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

15) Sobre as obrigações, assinale a alternativa correta:

- a) Dentre os elementos abstratos das obrigações, do lado passivo é subdividido entre débito (*schuld*) e responsabilidade (*haftung*); do lado ativo, a divisão se dá entre crédito e pretensão, respectivamente.
- b) O débito é o liame mediato e se traduz na possibilidade de entrar na esfera jurídica patrimonial de outrem e forçá-lo a cumprir com a prestação caso ele não cumpra de forma voluntária.
- c) A responsabilidade é o liame imediato que compele uma pessoa a voluntariamente realizar satisfatoriamente a prestação ao qual está vinculado.
- d) A figura do fiador é um exemplo clássico da existência de débito sem responsabilidade própria.
- e) Apesar dos avanços, o Código Civil adota a teoria clássica da *pacta sunt servanta*, razão pela qual a doutrina rejeita a formulação de teorias de função social das obrigações civis.

16) No que tange aos diferentes tipos de obrigação, assinale a alternativa correta:

- a) Nas obrigações alternativas, se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexecutável, subsistirá o débito quanto à outra.
- b) Na obrigação de dar coisa certa, o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, exceto se o devedor oferecer prestação de maior valor.
- c) Na obrigação de dar coisa incerta, que deve ser indicada ao menos pelo gênero e quantidade, em regra a escolha cabe ao credor, e este poderá exigir a prestação de maior valor.
- d) Na obrigação de dar coisa certa, se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, sendo defeso ao credor a cobrança de perdas e danos sob risco de se configurar enriquecimento sem causa.
- e) Mesmo sendo indivisível a obrigação, havendo mais de um devedor cada um não pode ser responsabilizado pela dívida toda.

17) Roberto e Carla, ao saberem que seu filho foi sequestrado, decidem alienar seu único imóvel por valor muito inferior ao de mercado, a fim de conseguir de forma rápida o dinheiro para pagamento do resgate sendo exigido pelos sequestradores. João, que comprou o imóvel, sabia do sequestro e da necessidade financeira imediata dos alienantes. De acordo com o Código Civil, o negócio jurídico entabulado entre as partes é:

- a) Nulo em razão do vício de dolo, com prazo decadencial de 4 anos para sua desconstituição a partir do dia em que se realizou o negócio jurídico.

- b) Anulável em razão do vício de lesão, com prazo decadencial de 4 anos para sua desconstituição, a partir do dia em que se tomou conhecimento da necessidade financeira dos alienantes.
- c) Anulável em razão do vício de dolo, com prazo prescricional de 5 anos para sua desconstituição a partir do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- d) Nulo em razão do vício de lesão, com prazo decadencial de 10 anos para sua desconstituição a partir do dia em que se tomou conhecimento da necessidade financeira dos alienantes.
- e) Anulável em razão do vício de estado de perigo, com prazo decadencial de 4 anos para sua desconstituição a partir do dia em que se realizou o negócio jurídico.

18) Assinale a alternativa incorreta referente à prescrição e decadência, considerando o que dispõe o Código Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

- a) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
- b) A pretensão de reparação civil prescreve em 3 (três) anos, o que, segundo o STJ, engloba tanto a responsabilidade civil contratual quanto a extracontratual.
- c) Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- d) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- e) Segundo o STJ, a pretensão de reparação por responsabilidade civil contratual prescreve em 10 (dez) anos.

19) Sobre a disciplina das cláusulas penais e arras, assinale a alternativa correta:

- a) Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor.
- b) O valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal.
- c) Ao juiz é defeso reduzir a cláusula penal fixada em contratos paritários, mesmo em casos de cumprimento parcial da obrigação ou de manifesta excessividade.
- d) Para exigir a cláusula penal, é necessário que o credor comprove prejuízo.
- e) As arras podem ter natureza confirmatória ou penal/de arrependimento; neste último caso, as arras terão função unicamente indenizatória.

20) Assinale a alternativa que não corresponde a uma forma de extinção da obrigação civil:

- a) Pagamento.
- b) Compensação.
- c) Remissão.
- d) Confusão.
- e) Perempção.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Em um caso de cumprimento de sentença, o pedido da parte executada para pagar seu débito de forma parcelada (entrada mais 6 parcelas, nos termos do art. 916, §7º, do CPC/2015):

- a) pode ser deferido pelo Juízo, de ofício, apenas quando se tratar de execução para pagamento de quantia certa, caso em que não incidirá a multa prevista no art. 523, §1º, do CPC/2015;
- b) pode ser deferido se a parte credora/exequente, previamente ouvida, concordar;
- c) pode ser deferido pelo Juízo, *ex officio*, mas somente quando se tratar de execução para pagamento de quantia incerta;
- d) pode ser deferido pelo Juízo, de ofício, mas apenas em 4 parcelas iguais;
- e) pode ser deferido pelo Juízo, de ofício, apenas quando se tratar de execução para pagamento de quantia certa, e com a incidência da multa prevista no art. 523, §1º, do CPC/2015.

22) Execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), empresa pública federal, com valor inferior a 40 salários-mínimos. Qual o Juízo competente para ajuizamento dessa demanda?

- a) Vara competente para processos da Dívida Ativa na Justiça comum estadual;
- b) Juizado Especial Fazendário, na Justiça comum estadual;

- c) Vara competente para processos da Fazenda Pública na Justiça comum estadual;
- d) Vara responsável pelos processos de execução fiscal na Justiça Federal;
- e) Juizado Especial na Justiça Federal.

23) Qual o recurso cabível contra a sentença que julga extinta uma execução fiscal de valor ínfimo (inferior a 50 ORTN)?

- a) apelação;
- b) agravo de instrumento;
- c) mandado de segurança;
- d) embargos infringentes para o próprio Juiz prolator da sentença;
- e) recurso ordinário.

24) Ao proferir sentença de improcedência em um dos tipos de ação abaixo, e não tendo sido caracterizada má-fé da parte autora, em qual deles será cabível a imposição de honorários de sucumbência em favor da parte ré?

- a) processo sob o rito dos Juizados Especiais Cíveis;
- b) processo de jurisdição voluntária;
- c) mandado de segurança;
- d) ação civil pública;
- e) embargos opostos a execução fiscal movida pelo Estado.

25) Questão cujo julgamento interfere com a solução de mérito da causa é denominada:

- a) questão preliminar concernente à existência do processo;
- b) questão incidental de natureza processual;
- c) questão preliminar atinente à validade do processo;
- d) questão prejudicial.
- e) questão preliminar relativa à eficácia do processo;

26) Execução fiscal movida pela União, tramitando em Vara de Comarca do Interior, da Justiça comum estadual, por competência delegada. A parte executada apresentou garantia e, no prazo legal, ofereceu seus embargos àquela execução. Qual o recurso cabível contra a sentença que julga procedente esses embargos da parte executada?

- a) apelação para o Tribunal de Justiça do Estado;
- b) apelação para o Tribunal Regional Federal da Região que abrange aquela Comarca;
- c) agravo de instrumento para o Tribunal de Justiça do Estado;
- d) agravo de instrumento para o Tribunal Regional Federal da Região que abrange aquela Comarca;
- e) apelação para o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, para resolver esse conflito.

27) Os precatórios que contam com a chamada “superpreferência” são aqueles relativos a:

- a) débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade e sejam portadores de doença grave, independentemente do valor envolvido;
- b) débitos de natureza alimentícia cujos titulares sejam portadores de doença grave, até o equivalente ao triplo do valor fixado para as Requisições de Pequeno Valor (RPVs);
- c) débitos de qualquer natureza cujos titulares sejam portadores de doença grave, até o equivalente ao triplo do valor fixado para as Requisições de Pequeno Valor (RPVs);
- d) débitos de natureza alimentícia cujos titulares sejam portadores de doença grave, até o equivalente ao sêxtuplo do valor fixado para as Requisições de Pequeno Valor (RPVs);
- e) débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, independentemente do valor envolvido;

28) A chamada exceção de pré-executividade é admitida, em uma execução fiscal, em qual das hipóteses abaixo?

- a) para impugnar questão que o Juiz possa conhecer de ofício, desde que não haja necessidade de dilação probatória, e com necessidade de prévia garantia do Juízo;
- b) para impugnar qualquer tipo de questão, com necessidade de prévia garantia do Juízo;

- c) para impugnar questão que o Juiz possa conhecer de ofício, desde que não haja necessidade de dilação probatória, sem qualquer necessidade de garantia do Juízo;
- d) para impugnar qualquer tipo de questão, sem necessidade de prévia garantia do Juízo;
- e) para impugnar execução fiscal, em questões que o Juízo não possa conhecer de ofício, mesmo se necessária a dilação probatória, e sem necessidade de qualquer garantia.

29) Na fase de cumprimento de sentença, qual o recurso cabível contra decisão que determina a penhora de bens sem a prévia utilização do procedimento de impugnação previsto no art. 525, §11, do CPC/2015?

- a) mandado de segurança;
- b) recurso ordinário;
- c) agravo de instrumento;
- d) apelação;
- e) embargos de devedor.

30) Os juros compensatórios, em uma ação de desapropriação, serão devidos em qual das circunstâncias abaixo?

- a) a partir da citação do Estado, sempre que se tratar de desapropriação indireta;
- b) a partir do trânsito em julgado da sentença de procedência, na desapropriação direta;
- c) a partir da imissão na posse, pelo Estado, na desapropriação direta, quando o expropriado esteja utilizando o imóvel como residência dele e de sua família;
- d) a contar da citação da parte expropriada, na desapropriação direta;
- e) a contar da prolação da sentença, em caso de improcedência da desapropriação indireta.

